

FELUMA -
Fundação
Educativa Lucas
Machado

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Administradores da
FELUMA - Fundação Educacional Lucas Machado
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Educacional Lucas Machado – FELUMA (Fundação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Educacional Lucas Machado – FELUMA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	117.355	67.019	Fornecedores	11	8.750	9.122
Recursos vinculados	17	2.595	1.663	Arrendamento Passivo	12	798	893
Contas a receber de Clientes	5	11.116	17.006	Obrigações trabalhistas e sociais	13	26.849	19.442
Estoques	7	5.113	3.799	Obrigações tributárias	14	4.756	3.906
Adiantamentos	6	7.731	17.141	Adiantamento de clientes	15	87.907	75.050
Outros		<u>4.164</u>	<u>6.047</u>	Receita diferida	16	774	774
Total do ativo circulante		148.074	112.675	Convênios e contratos	17	2.595	1.663
				Outros		<u>482</u>	<u>432</u>
				Total do passivo circulante		132.911	111.282
Realizável a longo Prazo				Não circulante			
Contas a receber de Clientes	5	1.850	1.927	Receita diferida	16	15.032	15.807
Depósitos judiciais	18	1.504	1.528	Arrendamento Passivo	12	3.159	3.956
Aplicações financeiras de longo prazo	4	1.271	801	Obrigações trabalhistas e sociais	13	2.255	2.333
Adiantamentos	6	<u>1.200</u>	<u>-</u>	Adiantamento de clientes	15	377	533
Total Realizável a longo Prazo		5.825	4.256	Provisão para contingências	18	9.440	16.850
Propriedade para investimento	10	38.145	38.145	Outros		<u>-</u>	<u>60</u>
Imobilizado	8	216.807	179.108	Total do passivo não circulante		30.263	39.539
Intangíveis	9	<u>6.370</u>	<u>4.493</u>	Patrimônio Líquido	20		
Total do ativo não circulante		267.147	226.002	Patrimônio social		1.058	1.058
				Reserva de capital		3.363	3.363
				Ajustes de avaliação patrimonial		29.809	30.545
				Superávit acumulado		<u>217.817</u>	<u>152.890</u>
				Total do patrimônio líquido		252.047	187.856
Total do ativo		415.221	338.677	Total do passivo e patrimônio líquido		415.221	338.677

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta de Educação		310.306	249.836
Mensalidades de Graduação - Alunos Pagantes		222.394	189.256
Mensalidades de Graduação - Bolsas PROUNI		48.241	28.234
Mensalidades de Graduação - Outras bolsas		17.237	12.977
Mensalidades de Pós Graduação - Alunos Pagantes		16.949	14.596
Mensalidades de Pós Graduação - Outras bolsas		752	729
Outras Receitas		4.733	4.044
Deduções da Receita Bruta de Educação		(67.633)	(43.653)
Bolsas de Graduação concedidas - PROUNI		(48.241)	(28.234)
Bolsas de Graduação concedidas - Outras bolsas		(17.237)	(12.977)
Bolsas de Pós Graduação concedidas - Outras bolsas		(752)	(729)
Devolução e/ou descontos de Mensalidades		(1.403)	(1.713)
Receita Operacional Líquida em Educação		242.673	206.183
Receita Bruta Hospitalar		126.520	102.174
Glosas		(56)	(160)
Outras Receitas Convênios/Doações		11.169	-
Receita Operacional Líquida em Saúde		137.633	102.014
Receita Operacional Líquida	21	380.306	308.197
Custo dos Serviços Educacionais		(125.646)	(98.306)
Custos do Serviços Prestados		(120.325)	(93.196)
Custos com depreciações		(5.321)	(5.110)
Custo dos Serviços Hospitalares		(132.843)	(117.075)
Custos do Serviços Prestados		(127.416)	(112.348)
Custos com depreciações		(5.427)	(4.727)
Custo dos Serviços prestados	22	(258.489)	(215.381)
Resultado Operacional		121.817	92.816
Despesas Adm. Educacionais	23	(13.255)	(12.908)
Provisões para Perda Educacionais	26	(4.922)	(520)
Despesas Adm. Saúde	24	(16.241)	(10.085)
Provisões para Perda Saúde	26	(1.495)	(623)
Despesas Adm. Outras Atividades	25	(33.881)	(22.110)
Outras Receitas		3.136	9.855
		(66.658)	(36.391)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		55.159	56.425
Receitas financeiras	27	10.272	8.176
Despesas financeiras Educacionais	27	(365)	(135)
Despesas financeiras Saúde	27	(650)	(4.759)
Despesas financeiras Outras Atividades	27	(225)	(276)
		(1.240)	(5.170)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		9.032	3.006
Superávit do exercício		64.191	59.431

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Superávit do exercício	64.191	59.431
Resultado abrangente total	<u>64.191</u>	<u>59.431</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Descrição	Patrimônio social	Reserva de Capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit Acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.058	3.363	31.233	92.771	128.426
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(688)	688	-
Superávit do exercício	-	-	-	59.431	59.431
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.058	3.363	30.545	152.890	187.856
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.058	3.363	30.545	152.890	187.856
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(736)	736	-
Superávit do exercício	-	-	-	64.191	64.191
Saldo em 31 de dezembro 2023	1.058	3.363	29.809	217.817	252.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		64.191	59.431
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível		13.124	12.096
Resultado na baixa do ativo imobilizado		3.082	6.925
Receita diferida	16	(774)	(774)
Provisão para redução ao valor a recuperar	5	6.417	(563)
Provisão/reversões para perdas e contingências	18	2.489	818
Juros provisionados		-	4.686
Juros Arrendamento Mercantil	12	307	-
Alteração do valor justo (propriedade para investimento)	10	-	2.035
		88.836	84.654
Redução (aumento) nos ativos:			
Recursos vinculados	17	(932)	(772)
Contas a receber de clientes	5	(450)	4.742
Estoques	7	(1.313)	4.382
Adiantamentos	6	8.210	(7.250)
Outros		1.882	(4.150)
Depósitos judiciais	18	24	125
		7.421	(2.923)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	11	(372)	1.651
Obrigações trabalhistas e sociais	13	7.330	4.318
Obrigações e parcelamentos tributários	14	851	730
Adiantamento de clientes	15	12.701	19.068
Convênios e contratos	17	932	772
Outros		(12)	28
		21.430	26.567
Caixa gerado pelas atividades operacionais		117.687	108.298
Juros pagos sobre arrendamento	12	(307)	-
Pagamentos de passivo de contingência	18	(9.899)	-
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais		107.481	108.298
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Pagamento de caixa para aquisição de imobilizados e intangíveis		(55.782)	(31.154)
Aplicações financeiras de longo prazo	4	(470)	(244)
Resgate aplicações financeiras de longo prazo	4	-	172
		(56.252)	(31.226)
Recursos líquidos aplicado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização arrendamento	12	(893)	(2.500)
Amortização de principal		-	(46.869)
Amortização de juros		-	(4.899)
		(893)	(54.268)
Recursos líquidos aplicado nas atividades de financiamento		(893)	(54.268)
Aumento no caixa e equivalentes		50.336	22.804
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	67.019	44.215
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	117.355	67.019
Aumento no caixa e equivalentes		50.336	22.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma (“Fundação” ou “Feluma”) é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida como de utilidade pública federal, estadual e municipal, com sede e foro na Avenida Afonso Pena, 1964, 13º andar, em Belo Horizonte, reconhecida como entidade beneficente de assistência social.

A Fundação tem por finalidade geral o desenvolvimento e a manutenção de atividades educacionais, de saúde, de assistência social e de pesquisa no campo das ciências exatas, humanas, biológicas e da tecnologia, para melhor contribuir no atendimento dos problemas sociais da comunidade, aperfeiçoamento educacional e tecnológico.

Sua estrutura corporativa atual é a seguinte:

- Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais - FCM-MG - Dedicada ao ensino na área de saúde, oferece cursos em nível de graduação de Medicina, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem e Odontologia.

A FCM-MG possui atividades docentes e assistenciais, tendo diretrizes práticas de saúde coletivas e de atenção básica, destacando-se a integração com o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e encontra-se em Belo Horizonte - MG.

- Pós-Graduação Ciências Médicas de Minas Gerais - PGCM-MG - Voltado ao atendimento das exigências da educação superior, referentes a pesquisa, extensão e pós-graduação, mantém cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu nas modalidades presencial e a distância. Atua, ainda, no desenvolvimento e no acompanhamento de residência e especialização médica e encontra-se em Belo Horizonte - MG.
- Hospital Universitário Ciências Médicas - HUCM-MG - Hospital 100% (cem por cento) SUS. As atividades do Hospital são desenvolvidas em conformidade com as diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte - SMSABH, conforme convênios celebrados.
- Ambulatório Ciências Médicas de Minas Gerais - ACM-MG - Vinculado ao HUCM-MG em Belo Horizonte - MG, sendo uma fonte de aprendizagem para os alunos dos ciclos profissional e básico. Oferece atendimentos 100% (cem por cento) ao Sistema Único de Saúde (SUS).
- Instituto de Olhos Ciências Médicas - IOCM-MG - Vinculado ao HUCM-MG, responsável pela prestação de serviços oftalmológicos, atuando principalmente nas subespecialidades de glaucoma, catarata, plástica, estrabismo, córnea, retina, retina cirúrgica, refração e neuro-oftalmo.

Nos últimos anos, a Fundação investiu em modernização e ampliação de sua infraestrutura visando proporcionar mais qualidade na prestação de serviços educacionais e de saúde. Esses investimentos, inclusive em tecnologia, viabilizaram o reconhecimento da qualidade da Fundação perante o MEC o que resultou em um aumento do número de vagas para o curso de Medicina.

A Fundação Educacional Lucas Machado - Feluma possui imunidade tributária garantida nos termos do artigo 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) e Certificado de Entidade Filantrópica estabelecido no § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 31, a Feluma vem atendendo aos requisitos estabelecidos na LCp nº 187/2021 que regulamenta os requisitos necessários a serem atendidos pelas instituições Filantrópicas, e às demais regulamentações vigentes, nas duas áreas de sua atuação, saúde e educação, tendo como preponderância a área da saúde e a obrigatoriedade de apresentar tempestivamente a cada triênio, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelos respectivos Ministérios de cada área de sua atuação.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, Resolução CFC nº 1.409/12. A Fundação reconhece as receitas e despesas, mensalmente, respeitando o princípio da competência em atendimento à Resolução CFC ITG 2002(R1) –entidade sem fins lucrativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 12 de abril de 2024.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento que são mensuradas pelo valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e incertezas

As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Arrendamento e Direito de uso– Nota explicativa nº 12 (o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento)
- Propriedade para investimento - Nota Explicativa nº 10 (estimativa do valor justo utilizada pelos especialistas para preparação do laudo).
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Nota Explicativa nº 5 (principais premissas em relação aos valores e probabilidade de não recebimento das contas a receber).
- Imobilizado (depreciação) - Nota Explicativa nº 8 (mensuração da estimativa de vida útil).
- Provisões e contingências - Nota Explicativa nº 18 (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de caixa).
- Direito de uso e arrendamentos - Nota explicativa nº 12 (taxa incremental de juros de financiamento).

d. Mensuração do valor justo

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos da norma contábil, incluindo a hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 10 - Propriedade para investimento.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Fundação pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Fundação pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Fundação realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.

Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos:

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Fundação;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Fundação.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Fundação considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Fundação considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Fundação a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Fundação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Fundação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.

b. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é mensurada pelo valor justo, com mensuração nível 2 e quaisquer alterações no valor justo em períodos subsequentes também são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a avaliação pelo valor justo das propriedades para investimento foi realizada por avaliadores externos, com as qualificações requeridas. Para obtenção dos valores dos imóveis, o avaliador realizou um comparativo direto de dados de mercado na região e posteriormente, para a análise dos dados, aplicou estatística inferencial, a fim de ajustar os dados através do modelo clássico de regressão (Regressão Linear Múltipla).

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para superávit/déficit acumulado.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos instrumentais hospitalares	20 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Bibliotecas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Edificações	25 anos
Edificações edifício-garagem	30 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos Intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Fundação e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzindo da amortização acumulada e quaisquer perda acumulada por redução ao valor recuperável.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios futuros incorporados ao ativo específico os quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorrido.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e exercício comparativo são de 5 anos para a rubrica de “Softwares”.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Estoques

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de reposição ou de realização.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros

A Fundação reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Fundação mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Fundação considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Fundação, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Fundação considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Fundação, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias;
- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Fundação está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Fundação de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Fundação espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Em cada data de balanço, a Fundação avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias; reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Fundação não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

A Fundação não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Fundação para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidade Geradora de Caixa (UGC).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

g. Arrendamento

No início de um contrato, a Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Fundação. Geralmente, a Fundação usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Fundação optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Fundação reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Receita

Serviços

A receita de serviços é proveniente de prestação de serviços educacionais e atendimentos hospitalares e ambulatoriais (100% SUS), sendo reconhecida mensalmente no resultado, à medida que os serviços são prestados, observando as obrigações de desempenho e a determinação do preço alocado por transação.

O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Fundação e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança.

As gratuidades são oferecidas sob forma de bolsas de estudos aos alunos e via Prouni, sendo deduzidas das receitas conforme apresentado na Nota Explicativa nº 21.

j. Receitas Diferida

As receitas diferidas compreendem o montante do valor do Edifício Garagem, sendo reconhecida no resultado mensalmente pelo valor apurado na data do recebimento do bem e vinculado ao contrato de concessão de uso.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas de juros abrangem basicamente rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias ativas. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, multas e outros.

Receitas e despesas de juros são reconhecidos no resultado através do método dos juros efetivos.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado no período em que são incorridos.

l. Adiantamento de clientes

O adiantamento de clientes refere-se ao reconhecimento das antecipações das mensalidades de alunos da graduação e pós-graduação. A Fundação tem a política de recebimento das semestralidade e/ou anuidades, sendo divulgado em edital de convocação de matrículas aos cursos.

m. Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base na melhor estimativa da Administração, a Fundação concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

n. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Fundação tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Tributos

A Fundação é imune a tributos que são objetos de renúncia fiscal, concedida através do certificado de filantropia, os quais compreendem: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISSQN, IPTU, IPVA, IOF e INSS.

p. Normas, alterações e interpretações de normas

Novas normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024, não foram adotadas pela Fundação na preparação destas demonstrações financeiras, pois de acordo com as avaliações realizadas, a Fundação entende que não há impactos materiais na aplicação em suas demonstrações financeiras. São elas:

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)
- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40).

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)

4 Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de longo prazo

	31/12/2023	31/12/2022
Caixas	11	13
Depósitos a vista	2.599	1.599
Aplicações Financeiras (i)	114.745	65.407
Total de caixa e equivalentes de caixa	117.355	67.019
Aplicações Financeiras (ii)	1.271	801
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo	1.271	801

- (i) A seleção da modalidade de aplicação dos recursos da Fundação é realizada dentro de um perfil conservador, em títulos e fundos de renda fixa, de baixo risco de mudança de valor e limites, sendo em sua grande maioria - Certificado de Depósito Bancário - CDB de resgate imediato sem perdas para a Fundação. A taxa média de rendimento obtido nas aplicações financeiras é de 100% do CDI em 2023 (100% do CDI em 2022) e a exposição da Fundação a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 19.
- (ii) As aplicações de longo prazo referem-se a cota de capital próprio do Banco Credicom, referentes as distribuições de sobras do banco, sendo a variação de 63,02% do saldo aplicado em 2023 (30% do saldo em 2022).

5 Contas a receber de clientes

	31/12/2023	31/12/2022
SUS	10.229	11.311
Outros valores a receber (a)	317	330
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.698)</u>	<u>(1.203)</u>
Serviços Hospitalares/Saúde a Receber	<u>7.848</u>	<u>10.438</u>
Graduação	8.479	8.130
Pós graduação	5.918	4.769
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(10.839)</u>	<u>(5.917)</u>
Serviços educacionais a receber	<u>3.558</u>	<u>6.982</u>
Outros valores a receber (b)	<u>1.560</u>	<u>1.513</u>
Total	<u>12.966</u>	<u>18.933</u>
Circulante	11.116	17.006
Não circulante	1.850	1.927

- (a) O valor apresentado no montante de R\$ 317 (R\$ 330 em 2022) refere-se a créditos a receber da atividade em saúde, sendo R\$ 73 (R\$ 89 em 2022) referente a atividade de Cirurgia Robótica, R\$ 84 (R\$ 81 em 2022) de clientes individuais e R\$ 160 (R\$ 160 em 2022) de FIDEPS.
- (b) O valor apresentado no montante de R\$ 1.560 (R\$ 1.513 em 2022), corresponde às mensalidades de alunos filiados à Associação de Pais e Alunos (APA) R\$ 0 (R\$ 32 em 2022), R\$ 30 (R\$ 71 em 2022) relativo a valores a receber em parceria com a Faculdade FUNJOB, R\$ 1.530 (R\$ 1.409 em 2022) relativo Convênio Aprendizagem e R\$ 0 (R\$ 1 em 2022) referente a outros valores a receber.

A despesa com a constituição das perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber foi registrada em rubrica distinta na Demonstração do Resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

Para reconhecimento das perdas estimadas a Fundação avaliou as perdas históricas das carteiras de clientes levando em consideração as dinâmicas dos mercados em que atua. A partir destes estudos foram gerados fatores de perdas estimadas por classe de vencimentos, sendo aplicado nos montantes de contas a receber. A Fundação monitora estes fatores constantemente, reconhecendo as respectivas mudanças na rubrica.

A exposição da Fundação à riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas, assim como a idade do Contas a receber, são divulgados na Nota Explicativa nº 19.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.517
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecido no exercício	563
Baixa créditos não recebíveis	<u>(3.960)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>7.120</u>
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecido no exercício	<u>6.417</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>13.537</u>

6 Adiantamentos

São registrados os adiantamentos a fornecedores de materiais e serviços e adiantamentos a funcionários, notadamente as férias, que têm grande concentração em janeiro para o segmento educacional.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a funcionários	6.238	4.514
Adiantamento de aluguéis	1.200	2.900
Adiantamento a fornecedores	1.276	9.480
Outros adiantamentos	<u>217</u>	<u>247</u>
	<u>8.931</u>	<u>17.141</u>
Circulante	7.731	17.141
Não circulante	1.200	-

7 Estoques

	31/12/2023	31/12/2022
Estoques unidades educacionais	1.472	1.549
Estoques unidades hospitalares	<u>3.641</u>	<u>2.250</u>
	<u>5.113</u>	<u>3.799</u>

- (i) O valor de R\$ 3.641 (R\$ 2.250 em 2022) refere-se aos estoques: HUCM - MG no montante de R\$ 2.572 (R\$ 1.415 em 2022) e IOCM - MG no montante de R\$ 1.069 (R\$ 835 em 2022). A Fundação não possui estoques dados em garantia e realizou inventários em seus estoques, sendo verificado a ausência de obsolescência em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

8 Imobilizado

	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Bibliotecas	Imobilizado em Andamento	Bens em construção	Benfeitorias Imóveis de Terceiros	Direito de Uso	Total
Imobilizado - custo										
Saldo em 1º de janeiro de 2022	106.280	44.596	7.382	451	1.461	115	30.084	12.971	7.068	210.408
Adições	116	6.455	1.795	837	8	795	16.610	532	-	27.148
Transferência	34.430	-	-	-	-	-	(34.430)	-	-	-
Baixas	-	(8.546)	(205)	(352)	-	-	(10)	(102)	-	(9.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	140.826	42.505	8.972	936	1.469	910	12.254	13.401	7.068	228.341
Adições	17.074	17.700	989	-	12	54	11.625	3.187	-	50.641
Transferência	1.241	-	-	-	-	-	(1.241)	-	-	-
Baixas	-	(1.190)	(1.354)	-	-	-	(491)	(43)	-	(3.078)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	159.141	59.015	8.607	936	1.481	964	22.147	16.545	7.068	275.904
Depreciação e perdas no valor recuperável										
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(17.032)	(16.887)	(2.985)	(415)	(1.226)	-	-	(1.870)	-	(40.415)
Depreciação no período	(3.467)	(4.623)	(813)	(109)	(63)	-	-	(495)	(1.510)	(11.080)
Baixas	-	1.767	165	326	-	-	-	4	-	2.262
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(20.499)	(19.743)	(3.633)	(198)	(1.289)	-	-	(2.361)	(1.510)	(49.233)
Depreciação no período	(3.793)	(5.434)	(855)	(167)	(46)	-	-	(538)	(725)	(11.558)
Baixas	-	1.027	666	-	-	-	-	1	-	1.694
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(24.292)	(24.150)	(3.822)	(365)	(1.335)	-	-	(2.898)	(2.235)	(59.097)
Valor contábil										
Em 31 de dezembro de 2022	120.327	22.762	5.339	738	180	910	12.254	11.040	5.558	179.108
Saldo em 31 de dezembro de 2023	134.849	34.865	4.785	571	146	964	22.147	13.647	4.833	216.807

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Fundação não identificou indicadores de *impairment*, conforme o CPC 01(R1) – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”.

A Fundação não possui imobilizado dado em garantia.

9 Intangível

O intangível da Fundação é composto por Softwares e são amortizados à uma taxa de 20% ao ano calculada pelo método linear.

	Software
Intangível – custo	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	5.633
Adições	4.006
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.639
Adições	5.140
Baixas	(1.733)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.046
Amortização e perdas no valor recuperável	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(4.158)
Amortização no período	(988)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(5.146)
Amortização no período	(1.566)
Baixas	36
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(6.676)
Valor contábil	
Em 31 de dezembro de 2022	4.493
Em 31 de dezembro de 2023	6.370

10 Propriedade para investimento

a. Conciliação do valor contábil

	2023	2022
Em milhares de reais		
Saldo em 1º de janeiro	38.145	40.180
Alteração do valor justo	-	(2.035)
Saldo em 31 de dezembro	38.145	38.145

O imóvel classificado como propriedade para investimento refere-se ao Edifício Garagem que foi concluído no decorrer do exercício de 2014, o qual está vinculado a um contrato de concessão de uso pelo período de 30 anos. O seu reconhecimento inicial ocorreu pelo seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023, foi realizado novo Laudo de Avaliação do Imóvel da Fundação, situado na Alameda Ezequiel Dias, 275. A Administração não identificou alterações singnificativas no saldo de valor justo da propriedade para investimento no exercício de 2023 (em 2022 houve uma redução no valor de R\$ 2.035).

A Fundação não desembolsou caixa no recebimento da propriedade para investimento em questão, a qual foi construída em troca da cessão de exploração econômica pelo período de 30 anos acima mencionados de acordo com o Termo de Recebimento Definitivo da obra, dos quais já incorreram 7 anos.

O laudo de avaliação é preparado anualmente, exceto quando há indicativos que necessitem de novas avaliações em períodos menores.

11 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores correntes:		
Fornecedores de materiais - PJ	4.484	4.227
Fornecedores de serviços - PJ	4.246	4.850
Fornecedores de serviços - PF	20	45
	<u>8.750</u>	<u>9.122</u>
Circulante	8.750	9.122

A exposição da Fundação ao risco de liquidez, relacionado a fornecedores e outras contas a pagar, encontra-se divulgada na Nota Explicativa nº 19.

12 Direito de uso e arrendamentos a pagar

A Fundação utiliza ativos de terceiros cujos direitos de utilização foram obtidos por meio de contratos de arrendamento os quais, segundo o pronunciamento contábil de arrendamento CPC 06 (R2), resultam no registro contábil de um passivo de arrendamento e de um correspondente direito de uso do ativo na rubrica de imobilizado.

Julgamento e estimativas contábeis

Os direitos de utilização por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

A Fundação adotou taxa de desconto compatível com a taxa de mercado. Tendo como base os contratos que possui com instituições financeira para captação de recurso, a taxa de desconto utilizada nos contratos de arrendamento foi de 0,9429% a.m.

	Ativo	Passivo	Resultado
Mensuração Inicial	7.068	7.068	-
Pagamento	-	(2.218)	-
Juros pagos do Arrendamento	-	(281)	-
Amortização	(1.510)	-	(1.510)
Despesa Financeira	-	282	(281)
Saldo em 31/12/2022	5.558	4.849	(1.791)
Pagamento	-	(893)	-
Juros pagos do Arrendamento	-	(307)	-
Amortização	(725)	-	(725)
Despesa Financeira	-	307	(307)
Saldo em 31/12/2023	4.833	3.957	(1.032)
Circulante 2023	-	798	
Não Circulante 2023	4.833	3.159	
Circulante 2022	-	893	
Não Circulante 2022	5.558	3.956	

13 Obrigações trabalhistas e sociais

São compostas por débitos relativos à remuneração dos colaboradores, paga no mês seguinte ao qual foi incorrida e, também, das provisões trabalhistas:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	17.158	7.850
Provisões de férias e encargos	4.645	9.501
FGTS - Parcelamento (a)	2.255	2.333
Outras obrigações trabalhistas	5.046	2.091
	<u>29.104</u>	<u>21.775</u>
Circulante	26.849	19.442
Não circulante	2.255	2.333

- (a) O saldo apresentado no passivo não circulante corresponde ao parcelamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que está renegociado com a Caixa Econômica Federal em dois montantes, sendo a amortização em 120 e 180 parcelas mensais e consecutivas, incidindo juros de 3% ao ano e atualização monetária de acordo com edital (índice) específico para essa finalidade, publicado mensalmente pela Caixa Econômica Federal.

14 Obrigações tributárias

A Feluma ao longo dos anos vem renovando seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). A condição de entidade beneficente assegura-lhe imunidade aos seguintes tributos: IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, ISSQN, IPTU, IPVA, IOF, INSS, Contribuições de terceiros e demais contribuições previdenciárias. As obrigações tributárias da Fundação são essencialmente derivadas de retenções de impostos e contribuições, e estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos retidos a recolher	<u>4.756</u>	<u>3.906</u>
	<u><u>4.756</u></u>	<u><u>3.906</u></u>

O montante de R\$ 4.756 (R\$ 3.906 em 2022) refere-se às retenções de: IRRF no valor de R\$ 3.634 (R\$ 2.971 em 2022), de INSS no valor de R\$ 906 (R\$ 712 em 2022), de PIS/COFINS/ CSLL no valor de R\$ 109 (R\$ 125 em 2022) e de ISSQN no valor de R\$ 107 (R\$ 98 em 2022).

15 Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes, no montante de R\$ 88.284 (R\$ 75.583 em 2022), referem-se a R\$ 88.249 (R\$ 75.532 em 2022) relativos a Serviços Educacionais de Matrículas e Mensalidades a serem prestados aos alunos da Graduação e da Pós-graduação no período de 2024 a 2027 e R\$ 35 (R\$ 51 em 2022) referente a demais Adiantamentos.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de mensalidade	88.249	75.532
Outros adiantamentos	<u>35</u>	<u>51</u>
	<u><u>88.284</u></u>	<u><u>75.583</u></u>
Circulante	87.907	75.050
Não circulante	377	533

16 Receita diferida

Conforme Nota Explicativa nº 10, a Fundação recebeu edificações registradas no ativo Imobilizado e em Propriedade para investimentos em troca da cessão de exploração econômica por 30 anos por empresa especializada. Considerando que nessa transação de troca não ocorreram desembolsos financeiros, os ativos foram reconhecidos pelos valores justos e como contrapartida um passivo foi reconhecido em igual montante, conforme demonstrado abaixo:

Em milhares de reais	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	16.581	17.355
Amortização no exercício	<u>(775)</u>	<u>(774)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>15.806</u>	<u>16.581</u>
Circulante	774	774
Não circulante	15.032	15.807

O valor reconhecido a título de Propriedade para investimento refere-se aos andares que estão sendo explorados economicamente por terceiro, conforme contrato. Os valores reconhecidos a título de ativo imobilizado são aqueles recebidos e que a Fundação vem utilizando em suas atividades. A Fundação deprecia os ativos conforme a expectativa de vida útil e valor residual, sendo o passivo amortizado com base no tempo incorrido do contrato.

17 Convênios, contratos e recursos vinculados

A Feluma tem em 31 de dezembro de 2023, o total de dois convênios em execução, conforme abaixo relacionados:

	31/12/2023	31/12/2022
Convênio Municipal - Resol. Qualid . Seg. do Paciente	-	325
Convênio Estadual - 7775/2021 – Custeio	-	581
Convênio Municipal - 7925/2021 – Custeio	731	669
Convênio Estadual – 7.796/2021	-	30
Total convênios/contratos junto ao Estado de Minas Gerais	731	1.605
Convênio Federal - 886934/2019 - Aquisição equipamentos	-	58
Convênio Federal - Piso Enfermagem	1.864	-
Total dos Convênios junto ao Fundação Nacional de Saúde - FNS	1.864	58
Total dos convênios	<u>2.595</u>	<u>1.663</u>

Os convênios têm suas execuções previstas de acordo com o plano de trabalho individual de cada termo de convênio, dessa forma possuem suas contraprestações reconhecidas no passivo como obrigação até que tenham o objeto do convênio realizado. As prestações de contas são realizadas periodicamente, de acordo com as premissas de cada convênio, e a administração das concedentes acompanha o andamento dos serviços executados sempre que julgar necessário.

Recursos vinculados

O montante de R\$ 2.595, classificado no ativo em recursos vinculados, refere-se ao saldo de recursos financeiros transferidos pelas concedentes, para a execução dos convênios e/ou contratos e são aplicados em contas específicas para esse fim e podem ser assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações Financeiras de Convênios	2.595	1.663
Total de recursos vinculados a projetos	<u>2.595</u>	<u>1.663</u>
Circulante	2.595	1.663

- (i) A seleção da modalidade de aplicação dos recursos de convênio é a poupança, sendo realizada de acordo com exigido na legislação vigente.

A conciliação entre os recursos ativos disponíveis nos bancos (recursos vinculados a projetos) e os convênios registrados no passivo está abaixo apresentada:

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos recursos vinculados a projetos (ativo)	2.595	1.663
Total dos convênios (passivo)	(2.595)	(1.663)
Saldo de recursos vinculados/restritos	-	-

18 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Fundação registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face à eventuais responsabilidades futuramente exigíveis, conforme quadro a seguir:

Natureza	Trabalhistas (a)	Cíveis (b)	Fiscais (c)	Total
Saldo em 31/12/2021	15.199	541	292	16.032
Constituições/Atualizações	2.403	574	-	2.977
Reversões	(2.110)	(49)	-	(2.159)
Saldo atual em 31/12/2022	15.492	1.066	292	16.850
Constituições/Atualizações	5.712	2.166	-	7.878
Pagamentos	(9.899)	-	-	(9.899)
Reversões	(3.447)	(1.941)	-	(5.388)
Saldo atual em 31/12/2023	7.858	1.291	292	9.440

- (a) Trabalhistas: Os processos trabalhistas relacionam-se a ações movidas por ex-funcionários pleiteando, em sua maioria, o pagamento de hora extra e insalubridade.
- (b) Cíveis: As provisões cíveis referem-se a processos de indenização, na grande maioria do HUCM-MG - Hospital de Universitário Ciências Médicas.

A Fundação mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Fundação figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possíveis não são reconhecidos contabilmente. O total de causas classificadas como possíveis correspondem ao montante de R\$ 2.530 (R\$ 1.091 em 2022).

A Fundação possui saldo de depósitos judiciais para fazer face às ações em trâmite citadas, no montante de R\$ 1.504 (R\$ 1.528 em 2022), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos para recursos trabalhistas	1.311	1.335
Bloqueios judiciais	193	193
	1.504	1.528

19 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Feluma possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Feluma para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e o gerenciamento do capital da Feluma.

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

	Hierarquia	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros				
Custo Amortizado			15.576	20.545
Caixa e bancos		4	2.610	1.612
Contas a receber de clientes e outros créditos		5	12.966	18.933
Valor Justo pelo resultado			118.611	67.871
Equivalentes de caixa	1	4	114.745	65.407
Aplicações financeiras de longo prazo	1	4	1.271	801
Recursos vinculados	1	17	2.595	1.663
Passivos Financeiros				
Custo amortizado			47.049	40.144
Fornecedores		11	8.750	9.122
Obrigações trabalhistas e sociais		13	29.104	21.775
Obrigações tributárias		14	4.756	3.906
Outras contas a pagar			482	492
Passivo de Arrendamento		12	3.957	4.849

A Fundação apresenta prazos médios curtos e mantém suas disponibilidades em bancos de rating conforme mencionado no item (b), por esses motivos as variações do Custo Amortizado para Valor Justo em Caixa e bancos; Contas a receber de clientes e outros créditos; e Fornecedores e outras contas a pagar foram considerados imateriais.

Hierarquia de valor justo

- Nível 1 – Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Fundação possa ter acesso na data de mensuração.

- Nível 2 – Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Fundação não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- A análise de fluxos de caixa descontados.

b. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Fundação participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado foi elaborada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

(i) Risco de crédito

- Contas a receber e outros créditos
Em 31 de dezembro de 2023, a Fundação detinha um Contas a receber de clientes e outros créditos de R\$ 12.966 (R\$18.933 em 31 de dezembro de 2022) os quais representam sua máxima exposição de crédito. A exposição da Fundação a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Fundação estabeleceu uma política de crédito no qual novas matrículas e renovações para o curso de medicina são analisados individualmente quando a sua condição financeira antes da Fundação disponibilizar o contrato de prestação de serviços educacionais. A revisão efetuada pela Fundação inclui *ratings* externos, quando disponíveis, solicitação de fiadores e referências bancárias.

A Fundação no segmento educacional pauta suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seu negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie o saldo devedor. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos reduzem eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

A Fundação estabelece uma provisão com base nas perdas históricas das carteiras de cliente que possui, levando em consideração as dinâmicas dos mercados e em instrumentos que possui para redução dos riscos de crédito, tais como: cartas de crédito, seguros e garantias reais. O principal componente desta provisão é o item de perda específico relacionado a exposições individuais, e a uma perda coletiva estabelecida para grupos de ativos similares com relação a perdas que já forma incorridas, porém ainda não identificadas. A perda coletiva é baseada nas taxas históricas de perda para ativos similares.

A provisão para perda por redução ao valor recuperável de constas a receber e ativos de contrato foi apurada mediante informações de mercado que justifique o aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial e da análise da composição do contas a receber.

A carteira de clientes foi dividida por títulos não vencidos, títulos vencidos até 30 dias, títulos vencidos entre 31 e 60 dias, títulos vencidos entre 61 e 90 dias, títulos vencidos entre 91 e 180 dias, títulos vencidos entre 181 e 365 dias e títulos vencidos acima de 365 dias.

Estabelecendo um percentual de perda esperada, mediante histórico de perda ao logo de 06 (seis) meses de faturamento, os pesos foram distribuídos às contas a receber de forma a refletir a perda esperada.

A Fundação acredita que os montantes que não sofreram perda por redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias ainda são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises extensivas dos níveis de crédito de clientes subjacentes, quando disponível.

- Caixa e equivalentes de caixa

A Fundação dispunha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 117.355 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 67.019 em 31 de dezembro de 2022. As aplicações financeiras de curto prazo são conservadoras e realizadas em títulos e fundos de renda fixa, e baixo risco de mudança de valor e limites, sendo predominantemente representados por CDB de resgate imediato e sem perdas para a Fundação. Já as aplicações financeiras de longo prazo referem-se títulos de capitalização e a conta capital da Cooperativa de Crédito Sicoob – Credicom, sendo R\$ 1.271 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 801 em 31 de dezembro de 2022.

A Fundação não detinha Títulos e Valores Mobiliários os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem o rating abaixo, baseado em agências de classificação de risco:

Instituição Financeira	Rating Nacional de LP	Agência
Banco ABC	AAA	S&P
Banco Bradesco	AAA	Fitch
Banco Credicom	AA	Fitch
Banco do Brasil	AA	Fitch
Banco Itau	AAA	S&P
Banco Santander	A	S&P
Caixa Econômica Federal	AAA	S&P

(ii) Risco de liquidez

A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação. A Fundação busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante superior as saídas de caixa para um período de 132 dias rolante.

A Fundação faz gestão do fluxo de caixa (contas a receber de clientes e do contas a pagar) mantendo linhas de crédito com bancos de 1º linha para possíveis necessidades de caixa.

A Fundação utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos.

A Fundação mantém as seguintes linhas de crédito.

- Banco Sicoob Credicom
- Banco Santander
- Banco Itaú
- Banco Bradesco
- Banco do Brasil

A seguir estão listados os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2023		Valor	Valor de caixa	2 meses	3 a 12	1 a 2	2 a 5	Mais que
Passivos financeiros não	Nota	Contábil	Contratual	ou menos	Meses	Anos	Anos	5 anos
derivativos								
Fornecedores	11	8.750	8.750	8.461	289	-	-	-
Outras Contas a Pagar		481	481	481	-	-	-	-
Obrigações Trabalhistas e Sociais	13	29.105	29.105	24.287	2.562	880	1.269	106
Obrigações Tributárias	14	4.756	4.756	4.756	-	-	-	-
Arrendamento	12	3.957	8.000	208	590	656	1.732	771
		47.049	51.092	38.193	3.441	1.536	3.001	877

31 de dezembro de 2022		Valor	Valor de caixa	2 meses	3 a 12	1 a 2	2 a 5	Mais que
Passivos financeiros não	Nota	Contábil	Contratual	ou menos	Meses	Anos	Anos	5 anos
derivativos								
Fornecedores	11	9.122	9.122	8.533	589	-	-	-
Outras Contas a Pagar		492	492	432	-	60	-	-
Obrigações Trabalhistas e Sociais	13	21.775	21.775	18.974	468	668	801	864
Obrigações Tributárias	14	3.906	3.906	3.906	-	-	-	-
Arrendamento	12	4.849	9.200	156	737	1.511	1.715	730
		40.144	44.495	32.001	1.794	2.239	2.516	1.594

(iii) Risco de mercado e análise de sensibilidade ao risco

A gestão de risco de mercado tem objetivo de prever, mitigar e antecipar as oscilações e volatilidades do mercado que possam afetar o cenário sistêmico da Fundação.

Riscos das Taxas de juros

A Fundação está sujeita às variações nas taxas de juros, as quais afetam seu ativos e passivos e podem incorrer em perdas econômicas. Visando a proteção destes ativos e passivos financeiros, a Fundação monitora continuamente as taxas de juros no mercado, e quando necessário, avalia estratégias que permitam maior proteção quanto a volatilidade destas taxas.

Com base no Boletim Focus do Banco Central de 01 de março de 2024, considerando a Mediana – Agregado, a Fundação estima que ao final do período o CDI serão 9 % a.a. Nestes termos, foi efetuada a análise de sensibilidade dos efeitos das variações destes índices no resultado da Fundação, em três cenários.

a. *Indexadores nacionais*

	Valor Exposto	Variação Índices		
		Cenário I 9 % a.a	Cenário II 11,25% a.a. (alta 25%)	Cenário III 13,5% a.a. (alta 50%)
Ativos expostos				
Aplicações Financeiras	<u>116.016</u>	<u>10.441</u>	<u>13.052</u>	<u>15.662</u>
Total exposição Ativo	<u>116.016</u>	<u>10.441</u>	<u>13.052</u>	<u>15.662</u>
Exposição Total	<u>116.016</u>	<u>10.441</u>	<u>13.052</u>	<u>15.662</u>

Para fins de análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi considerada uma remuneração de 100% do CDI.

A Fundação não possui aplicações financeiras em moedas estrangeiras.

20 Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação inicial já integralizada por seus instituidores e por bens e valores que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações de qualquer natureza, oriundas de instituições ou entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas naturais, com o fim específico de incorporação ao seu patrimônio.

Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída por meio de deliberação em exercícios anteriores, podendo ser incorporada ao patrimônio social quando deliberado pelo conselho.

Ajuste de avaliação patrimonial

Esta rubrica representa a contrapartida do aumento do imobilizado decorrente da adoção do custo atribuído levantado pela Fundação em 2010. Conforme prática contábil vigente, sua realização ocorre de forma proporcional à depreciação dos bens que geraram seu registro, sendo absorvido pelo superávit ou déficit do exercício.

Superávit (déficit) acumulado

Corresponde ao superávit ou déficit de exercícios anteriores, bem como do exercício corrente.

21 Receita operacional líquida

Demonstramos abaixo a composição das receitas da Fundação. Salientamos que as subvenções são referentes a assistências governamentais na forma de contribuição de natureza pecuniária, concedidas em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade, ligadas à área da saúde.

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de atividade em Educação		
Mensalidades de Graduação - Alunos Pagantes	222.394	189.256
Mensalidades de Graduação - Bosas PROUNI	48.241	28.234
Mensalidades de Graduação - Outras bolsas	17.237	12.977
Mensalidades de Pós Graduação - Alunos Pagantes	16.949	14.596
Mensalidades de Pós Graduação - Outras bolsas	752	729
Outras Receitas Educacionais	4.733	4.044
	310.306	249.836
Bolsas de Graduação concedidas - PROUNI	(48.241)	(28.234)
Bolsas de Graduação concedidas - Outras bolsas	(17.237)	(12.977)
Bolsas de Pós Graduação concedidas - Outras bolsas	(752)	(729)
Devolução e/ou descontos de Mensalidades	(1.403)	(1.713)
	(67.633)	(43.653)
Subtotal de serviços educacionais (i)	242.673	206.183
Receita de atividade em Saúde		
SUS	57.116	49.159
Subtotal de serviços hospitalares	57.116	49.159
Fator de Incentivo ao Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa - FIDEPS	1.920	1.920
Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde - INTEGRASUS	144	144
Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qual. dos Hosp. do SUS - PROHOSP	182	193
Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC)	5.490	5.490
Outros incentivos	17.057	9.287
Valora Minas	21.158	17.155
Incentivo de adesão à rede 100% SUS	22.734	16.953
Receita cirurgia robótica	719	1.872
Termo de Cooperação/Convênios	11.169	-
Glosas e/ou Perdas de incentivos	(56)	(160)
Subtotal de Subvenções Hospitalares	80.517	52.854
Total de serviços hospitalares (ii)	137.633	102.013
Total das receitas (i+ii)	380.306	308.197

22 Custos dos serviços prestados

Atividade em Educação	31/12/2023	31/12/2022
Custo com pessoal	(90.483)	(71.652)
Custo com serviços terceirizados	(12.813)	(9.468)
Custo Convênio Aprendizagem	(6.648)	(5.601)
Custo com Viagens	(2.736)	(1.186)
Custo com materiais	(2.856)	(1.512)
Custo com Manutenção de Informática	(3.407)	(2.141)
Custo com Depreciação	(5.321)	(5.110)
Outros	(1.382)	(1.636)
Subtotal dos custos de atividade em Educação (i)	<u>(125.646)</u>	<u>(98.306)</u>
Atividade em Saúde	31/12/2023	31/12/2022
Custo com pessoal	(67.968)	(58.202)
Custo com materiais	(28.441)	(31.254)
Custo com serviços terceirizados	(26.397)	(19.243)
Custo com Manutenção de Informática	(2.768)	(2.110)
Custo com Viagens	(8)	-
Custo com Depreciação	(5.427)	(4.726)
Outros	(1.834)	(1.540)
Subtotal dos custos de atividade em saúde (ii)	<u>(132.843)</u>	<u>(117.075)</u>
Custo total (i+ii)	<u>(258.489)</u>	<u>(215.381)</u>

23 Despesas Administrativas Educacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Desp. Publicidade	(2.402)	(2.156)
Outras despesas administrativas	(2.273)	(3.530)
Manutenção e conservação de imóveis	(443)	(619)
Manutenção de móveis, equipamentos	(626)	(440)
Provisões e/ou perdas	(899)	(915)
Serviços de terceiros	(3.776)	(3.695)
Tele-comunicação	(595)	(598)
Manutenção de equipamentos de informatica	(521)	(35)
Serviços Advocatícios	(567)	-
Desp. Água	(350)	(251)
Desp. Energia	(803)	(669)
	<u>(13.255)</u>	<u>(12.908)</u>

24 Despesas Administrativas Saúde

	31/12/2023	31/12/2022
Outras despesas administrativas	(1.122)	(871)
Manutenção e conservação de imóveis	(2.302)	(1.459)
Manutenção de móveis, equipamentos	(1.072)	(849)
Provisões e/ou perdas	(2.377)	(1.851)
Serviços de terceiros	(5.071)	(2.193)
Tele-comunicação	(660)	(585)
Manutenção de equipamentos de informática	(200)	(27)
Serviços Advocatícios	(836)	(6)
Desp. Água	(811)	(693)
Desp. Energia	(1.683)	(1.548)
Desp. Publicidade	(107)	(3)
	(16.241)	(10.085)

25 Despesas Administrativa Outras Atividades

	31/12/2023	31/12/2022
Desp. Com Pessoal e Encargos	(20.984)	(14.479)
Outras despesas administrativas	(4.334)	(2.282)
Manutenção e conservação de imóveis	(436)	(204)
Manutenção de móveis, equipamentos	(18)	(42)
Provisões e/ou perdas	(196)	(333)
Serviços de terceiros	(3.041)	(1.302)
Tele-comunicação	(370)	(284)
Manutenção de equipamentos de informática	(1.080)	(706)
Serviços Advocatícios	(1.795)	(1.758)
Despesa com Depreciação	(1.627)	(720)
	(33.881)	(22.110)

26 Provisões para Perdas

	31/12/2023	31/12/2022
Perdas no recebimento de clientes - Educação	(4.922)	(520)
Perdas no recebimento de clientes - Saúde	(1.495)	(623)
	(6.417)	(1.143)

27 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas com aplicações financeiras	8.827	5.949
Juros e multas recebidos	1.367	1.705
Variação monetária ativa	36	375
Descontos obtidos	42	49
Variação cambial ativa	-	98
	10.272	8.176
Despesas juros s/financiamentos	(52)	(4.480)
Juros e multas pagos	(350)	(8)
Descontos concedidos	(18)	(2)
Despesas financeiras - Outros	(820)	(680)
	(1.240)	(5.170)
	9.032	3.006

28 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$ 183.121. Para cobertura contra risco dos edifícios da fundação R\$ 157.392, para conteúdo de responsabilidade civil R\$ 25.000 e para a frota de veículos da instituição R\$ 729.

29 Transações que não envolveram caixa

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento	-	7.068
	-	7.068

30 Gratuidade e atendimento comunitário

A Fundação prestou serviços de saúde em procedimentos ambulatoriais e hospitalar por meio de suas filiais, sendo o seu percentual SUS composto por: internações medidas em paciente dia e atendimentos ambulatoriais.

Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS em 60%, conforme fixado pelo artigo 9º da LCP nº 187/2021, o número total de atendimentos no exercício está assim representado.

31 de dezembro de 2023	SUS	TOTAL	% SUS
Diárias internações Paciente / dia (Qtde)	68.505	68.505	100%
Atendimentos Ambulatoriais (Qtde)	679.855	679.855	100%

As gratuidades concedidas na área de educação foram disponibilizadas através do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). As bolsas são ofertadas para os cursos de graduação e são concedidas mediante análise do perfil socioeconômico do aluno. Com observância do limite mínimo de concessão de bolsa conforme fixado pelo artigo 21º da LCP nº 187/2021, segue quadro demonstrando as quantidades de alunos bolsistas bem como os totais de alunos pagantes.

31/12/2023

Bolsas PROUNI 100%	744
Total de alunos pagantes	2.585

A Feluma atendeu aos requisitos, visto que concedeu 744 bolsas de estudo integrais curso superior através no programa PROUNI. O primeiro semestre/2023 a Fundação tinha um total de 2.323 alunos pagantes e 704 bolsistas 100% PROUNI, no segundo semestre/2023 Fundação tinha um total de 2.585 alunos pagantes e 744 bolsistas 100% PROUNI.

O exigido conforme LCP N° 187/2021 seria conceder 517 bolsas para o exercício de 2023 (1 bolsista para cada 5 alunos pagantes), portanto superou em 215 bolsas do mínimo estabelecido.

31 Imunidade Tributária

O custo da imunidade tributária usufruída pela Fundação no ano de 2023 foi de R\$ 84.949 (R\$ 71.288 em 2022).

A Feluma está regular com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) com validade até 31 de dezembro de 2024, publicado através da Portaria nº 1.104 de 11 de dezembro de 2023. Cabe ressaltar que a totalidade das receitas operacionais e outras receitas são imunes à tributação, conforme CEBAS.

A Feluma atendeu a todos os requisitos apresentados no Código Tributário Nacional (CTN), art. 14, para ser considerada como entidade sem fins lucrativos.

* * *

Wagner Eduardo Ferreira
Presidente

Neylor Pace Lasmar
Vice-presidente

Eduardo Luís G. Machado
Secretário Geral de Administração e Finanças

Marcos Antonio Teixeira
Controller
CRC-MG – 076429/O

Cleiton Gomes de Oliveira
Contador
CRC-MG – 093966/O